

EDUCAÇÃO E CIDADANIA: PROBLEMATIZAÇÕES E POSSIBILIDADES

Júlio César Madeira¹

Antonio Peixoto Oliveira²

Gabriela Teixeira Gomes³

Resumo: Diante da gama de relações em que os sujeitos estão imersos no contexto contemporâneo, observa-se o quanto a sociedade, em suas recontextualizações nos âmbitos global, nacional, regional e local anunciam o caminho para um novo tipo de cidadão, pertencente a esse mundo na era da globalização. Nesse sentido, muitas são as estratégias de produção desse sujeito, nos diversos campos da vida em sociedade. No entanto, a educação conta com um repertório para pensar em como potencializar novos modos de sociabilidades entre as pessoas. Dentre as estratégias que a educação problematiza, situa-se um tipo de educação que busque a construção de uma cidadania e uma ampliação dos horizontes éticos de uma determinada sociedade. Dessa maneira, o presente trabalho, propõe a realização de uma articulação analítica acerca de como os vários ramos do conhecimento podem estabelecer caminhos a serem percorridos em comum, através de uma prática educacional pautada na resistência e no agenciamento de diversos dispositivos, os quais conectam esses campos na rota da efetivação de uma cidadania, suscitada a partir do ambiente educacional.

Palavras-chave: educação, cidadania, prática educacional.

Introdução

No contexto da contemporaneidade, onde se situa a sociedade, cada vez mais as pessoas passam a vivenciar uma gama de situações influenciadas pela complexidade em que se vive, principalmente pelo contexto de globalização evidenciado em tal contexto social.

Podem ser percebidos repercussões desse cenário globalizante de sociedade, tanto em esfera local como em esfera global, trazendo o caráter glocal desse fenômeno (HALL, 1998). Nesse sentido, observa-se o fluxo dessas relações vivenciadas serem recontextualizadas no âmbito das localidades.

Nesse sentido, diante de uma sociedade conectada, principalmente no século presente, através das tecnologias digitais, verifica-se a emergência de uma nova dimensão de cidadão

¹ Professor de Sociologia da Rede Estadual de Ensino no município de Pelotas/ RS, Mestrando em Direito e Justiça Social - PPGD/FURG, Mestre em Educação – PPGE/FaE/UFPel, Doutorando em Educação – PPGE/UNISINOS. Email: juliocesarmadeira@gmail.com

² Jornalista, Mestre em Docência Universitária -Universidad Tecnologica Nacional – Argentina. Acadêmico do Curso de Bacharelado em Direito da UFPel. Email: antonio.peixotoo@hotmail.com

³ Professora de História da Rede Estadual de Ensino no município de Pelotas/ RS, Mestranda em História do Mestrado Profissional em História – MPH/FURG. Email: gomes.gabrielateixeira@gmail.com

nesse contexto, trata-se de um cidadão interligado com as relações que ocorrem no mundo onde está situado (MORIN, 2001).

Questões Teóricas

Conforme Covre (1991), o termo cidadania refere-se, inicialmente, ao vocábulo cidade da Grécia Antiga, a *pólis*. O termo cidadania referia-se aos acontecimentos ocorridos na cidade. Dessa forma, o cidadão era aquele que participava do contexto das decisões da *pólis*.

No dicionário de Sociologia escrito por Johnson (1997), é tratado o conceito de cidadania, trazendo uma definição semelhante a de Marshall (1967), ao abordar as suas dimensões. Essas duas abordagens seguem perspectivas semelhantes, as quais se aproximam a Covre (1991), ao apresentarem esse conceito com a visão do cidadão grego.

No entanto, Johnson (1997) não se restringe à cidadania como a delegação de um poder ou de uma questão de participação política, além de trazer o que os outros autores afirmam ele avança. Em outro horizonte, pode-se discutir essa relação em uma perspectiva de cidadão do mundo, cidadão da cidade, o que se relaciona com o conceito de mulheres e homens em sua condição ontológica.

A dimensão de cidadania que dá conta da realidade vai para além da cidadania clássica, desenvolvida por Marshall (1967)⁴, em que era concebida na esfera civil, política e social. Essa conceituação buscava compreender noções mais complexas que essas três esferas mencionadas. O que se busca é uma dimensão desse conceito que alcance a emancipação social pelos processos (SANTOS, 2006).

Essa cidadania desenvolvida trata-se de uma concepção planetária que contempla a perspectiva de visualizar o cidadão não mais diante apenas de seu país, estado, ou município – como é o caso do Brasil. Amplia a possibilidade de alcance em relação a esse sujeito pertencente a apenas um dado território. Dentro desse panorama visualiza-se de forma diversa essa categoria.

Com essa demanda para a constituição de uma cidadania no contexto presente de sociedade, inúmeros instrumentos podem contribuir para a potencialização da formação das pessoas de uma forma geral. Dentre essas possibilidades elencadas, uma destaca-se como potente para realizar tal objetivo. Essa se trata da educação, pensada aqui como modo de

⁴ Este autor desenvolve um pensamento sobre a cidadania de forma clássica e estática, pois apresenta o desenvolvimento da cidadania a partir do acesso da sociedade inglesa aos direitos. Esses são os direitos civis, políticos e sociais.

transvalorar a sociedade a partir da problematização da mesma através das práticas pedagógicas cotidianas no contexto da escola ou mesmo fora dela.

Nesse sentido não basta apenas saber ou pensar o que seja o cidadão. Para além disso, quando se sinaliza para a rota desses conceitos está se falando de problematizar como se produz a cidadania no contexto da participação social dos indivíduos de uma sociedade.

Aqui neste escrito, aborda-se um modelo de educação cidadã, pensada na construção de novos cenários para a sociedade contemporânea, principalmente através da ampliação da dimensão de cidadania presente no contexto da sociedade vigente.

Como sequência para essa rota, pode ser problematizado também que esse cidadão convive dentro de uma sociedade capitalista, a qual marcada pelo extremo consumo de bens e mercadorias, os quais assumem papel central dentro desse modelo de economia. Esse consumo acaba por integrar uma das caracterizações de um modelo de sociedade esculpido pela vaidade, individualismo, hedonismo. Esses elementos incidem nas relações gerando o cenário de uma sociedade hipermoderna (LIPOVETSKY, 2004).

Para pensar esse novo cenário social, a educação vem a contribuir, com a formação de uma nova mentalidade de cidadão, agora pertencente ao planeta como um todo. Assim busca-se analisar quais novas possibilidades podem ser utilizadas pela educação como forma de suscitar essa situação.

No mesmo sentido, uma das perspectivas apontadas por Guattari (1995) desloca-se ao encontra-se da sinalização para um novo modo de agir na sociedade, dentro de uma dimensão política e ética, onde se busca problematizar dilemas da sociedade contemporânea, principalmente quando pensados sob a perspectiva do ambiente em que se vive.

Nesse horizonte, a educação tem como caminho também a busca da emancipação dos sujeitos sociais, a partir da proposição de uma cidadania alicerçada na problematização dos processos sociais vivenciados cotidianamente (SANTOS 2006).

Independente da escolha da dimensão de cidadania a ser pensada para a sociedade vigente, uma problematização pode ser levantada, essa se trata de pensar maneiras de constituição da cidadania por parte da sociedade. Como sinalizado, um dos espaços de potencialização dessa prática insere-se no universo da escola, com a possibilidade de trabalhar esse tipo de conteúdo com os estudantes.

Nesse sentido, visualiza-se dentro da escola a prática docente como uma possibilidade de se verificar uma ampliação do horizonte de cidadania de uma determinada sociedade ou comunidade. Pois, um docente, ao trabalhar alguns conteúdos com seus estudantes poderá estar problematizando a realidade que estes vivem cotidianamente. Nessa linha, afirma Freire

(1987) que quando se está diante dessa relação educacional é estabelecida uma troca entre as pessoas onde um aprende com outro.

Analisa-se também, a partir da Constituição Federal de 1988 o papel em que se concebe em relação à cidadania, levando a “Carta Maior” o slogan de “Constituição Cidadã”. No texto constitucional, uma das formas apresentadas para efetivar essa cidadania se dá através da promoção dos direitos sociais, principalmente estabelecendo na educação um dos alicerces da formação de um cidadão apto a exercer suas prerrogativas.

Um outro cidadão e as Práticas Educativas

Existem práticas pedagógicas distintas, onde algumas dessas assumem o papel de humanizarem os estudantes e outras e realizar a ação contrária de tal caráter. Quando as práticas se apresentam para a dominação ou desumanização apresentam-se revestidas como um instrumento de transmissão de conhecimento.

No entanto, podem assumir tais práticas o caráter de libertação ou de humanização dos estudantes. Esta está articulada com uma lógica do próprio conhecimento e do ato de conhecer. Nesse sentido, essa concepção busca uma ruptura com o pensamento pedagógico e com as práticas educativas dominantes. Já não cabe mais aqui aquela visão de onde o professor ocupa um papel de ser que ensina e o estudante aquele que apenas está a esperar o aprendizado que está contido apenas no docente.

Ao educando, dessa maneira cabe capacitar-se para selecionar de maneira mais qualificada as informações que circulam em seu cotidiano, analisando com critério as questões que vive contidamente. Sendo, a partir das práticas diárias dos educadores, o ambiente em que este sujeito encontrará subsídios para tanto. Certamente essa situação não deve estar restrita à escola e aos educadores

O processo educacional, assim, torna-se um elemento contribuinte para a capacitação e formação de um cidadão apto em atuar em sua sociedade, como um agente de transformação, sendo consciente de seus direitos e deveres, portador de uma relativa autonomia em suas escolhas. Sendo, assim constituído um repertório para a tomada das melhores decisões, na resolução dos inúmeros problemas em suas práticas sociais diárias. Para se alcançar essa situação, um dos caminhos a serem pensados situam-se na readequação de algumas práticas educativas existentes que estejam relacionadas ao caráter de dominação mencionado em linhas anteriores, principalmente alterações de concepções de ensino, aprendizagem e avaliação.

Em muitos momentos, tal situação deixa de ocorrer tendo em vista a realidade prática da educação, sendo percebida uma burocratização nos processos educacionais. Assim como uma centralização de poder para os gestores, distanciando hierarquicamente docentes e discentes. Acaba essa realidade por engessar algumas mudanças que poderiam ser almejadas por inúmeros profissionais da educação.

Dessa maneira, pode-se analisar outro elemento nesse processo - o conhecimento. Esse se articula a um âmbito coletivo de e que não depende de um jogo simplesmente do campo das individualidades, ele se exprime na relação que se estabelece com a prática. Nesse sentido Andreola (1999, p. 33), sinaliza que o conhecimento surge dessa relação estabelecida entre o contexto da prática e o contexto teórico, mencionando a importância de não romper-se com a união entre teoria e prática.

Nessa perspectiva, uma das questões que se percebe situa-se em preparar os estudantes para pensarem a partir de suas consciências, gerando uma atmosfera de cidadania para atuarem na sociedade. E, para preparar esse estudante, um dos caminhos que se coloca está situado na rota da promoção de formação para o educador repensar sua prática na escola, assim como para qualificar seu trabalho.

Políticas públicas em educação

Quando se problematizam as políticas públicas em território brasileiro, estas se apresentam como ações fundamentais para o atendimento das demandas na área da educação. Essas políticas vêm a minimizar o conjunto de carências no ensino de inúmeras escolas no país (MAINARDES, 2009).

Nesse panorama, destaca-se que uma política pública focada no âmbito educacional, buscando uma maior interferência no trabalho dos educadores, incide seu olhar na problematização da existência de currículos que tenham como fundamento a constituição de uma nova gama de sujeitos na sociedade (POPKEWITZ, 1994).

Por isso, as políticas públicas educacionais expressam como tendência a elaboração de um novo paradigma curricular que vislumbre à formação desses sujeitos, de um modo geral, tanto dos educadores, como dos demais membros do contexto escolar. Dessa forma, inevitável afirmar-se que o currículo representa uma das principais formas de regulação que as políticas públicas educacionais apresentam para a corporificação de um dado discurso que se tenha de educação e de sociedade (POPKEWITZ, 1994).

Dentro desse debate, verifica-se a configuração de uma política educacional como um texto, onde podem apresentar-se inúmeras interpretações seu conteúdo primordial. Existe,

assim, uma multiplicidade de maneiras de ser lido o texto de uma dada política. Pois os sujeitos não pensam da mesma maneira. Eles apresentam uma heterogeneidade quanto à forma de interpretar, tendo em vista a variação existente na forma de leitura desses diversos textos, onde cada contexto de inserção social dos sujeitos implica na variação da forma de lê-los (BALL, 1994).

Como possibilidade de pensar essa situação, Pretto (2006) realiza análise sobre as políticas educacionais no contexto contemporâneo, situando suas problematizações no contexto cultural - telecomunicações e ciência e tecnologia. Afirma que esses contextos e inovações trazidos pela tecnologia trouxeram alguns desafios. Esses são efeitos do advento da Internet que oportunizou inúmeras transformações nos contextos das práticas sociais. Nesse sentido, aponta para a utilização desses dispositivos tecnológicos como maneira de construir-se políticas para a qualificação docente que levem em conta essas possibilidades.

Cidadania e Formação continuada

Dentro do universo das políticas educacionais, emergem como caminho para transformar esse cenário as políticas públicas de formação de educadores, pois esse tipo de política desempenha uma função de qualificar o setor da educação, a partir do trabalho cotidiano dos docentes.

Nesse sentido, pode ser verificado que a qualificação dos educadores como elemento para a construção de um novo cenário na sala de aula, e por consequência repercutindo na formação de sujeitos intimamente ligados ao contexto da atuação cidadã em sociedade.

Esse tipo de formação vislumbra uma melhoria para a educação, principalmente na capacitação e atualização de educadores na problematização da conjuntura educacional e social. Esse processo trata-se de uma medida que tem como objetivo a continuidade dos processos de formação docente para a transformação dos espaços educativos.

Dall'igna e Cossio (2011), ao pensarem sobre as políticas de formação continuada de educadores, desenvolvem reflexão acerca da situação no Estado do Rio Grande do Sul, no período posterior à Constituição Federal de 1988. Salientam as autoras em seu estudo que as diversas iniciativas encontradas situam-se no sentido da reestruturação curricular, acompanhada de processos participativos, no entanto, não havendo uma continuidade nessas alterações. Analisam, também, que em algumas das políticas observadas, há uma centralização da responsabilização no docente pela efetividade ou não das mesmas, não se levando em conta as questões da conjuntura social. Trazem um conceito de Freire, como possibilidade para a qualificação no âmbito da escola, esse se refere à formação permanente.

Essa conceituação dá a ideia de uma incessante formação, a qual passa a colocar-se na condição de permanente para a educação. Esta dimensão reforça a ideia de qualificação e capacitação docente, sendo uma possibilidade de serem pensados novos modos de problematizar a educação cidadã dentro do contexto da sociedade vigente.

Considerações Finais

Após essa breve problematização acerca da possibilidade da busca de uma educação de cunho cidadã, podem ser inferidas algumas questões que auxiliam no caminho da compreensão dessa questão. Essas se situam na utilização da educação como um instrumento de ampliação dos horizontes de cidadania de uma sociedade.

No entanto, não basta idealizar a cidadania enquanto categoria de abstração teórica. Ela situou-se - ao menos na ideia dessa escrita - como um meio para se alcançar transformações nas práticas sociais cotidianas dos sujeitos. Tais alterações passam pelas práticas pedagógicas dos docentes dentro do universo escolar, onde essas sejam pensadas para a ampliação das dimensões dos cidadãos.

Nesse sentido, as práticas educativas sinalizam para novas possibilidades, as quais poderiam ser potencializadas por processos de formação continuada, com o objetivo da capacitação e qualificação do trabalho docente. Essa formação em caráter permanente estaria em consonância com a elaboração de políticas públicas educacionais que incidissem no trabalho dos educadores. Pois, diante desse incentivo, através dessas políticas, ampliaram-se as possibilidades dos docentes, dando subsídios aos mesmos, a partir da construção de novos modos de concepção de suas práticas. Assim, potencializando nas relações pedagógicas o caráter político e de inserção dos sujeitos em seu papel de cidadãos imersos nos problemas sociais de seu tempo.

Referências:

ANDREOLA, Balduino A. O processo de conhecimento em Paulo freire. In: **Educação & Realidade**, v. 18, n° 1, Jan/Jun. 1993. Pannomica Editora Ltda, Porto Alegre, RS.

BALL, Stephen J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. Editora Brasiliense, 1991.

DALL'IGNA, Maria Antonieta; CÓSSIO, Maria de Fátima. **As políticas estaduais de formação continuada de professores no RS (1990-2010)**. ANPAE. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0334.pdf>> Acesso em: 08 abr. 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. Campinas: Papirus, 1995.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.

MAINARDES, Jeferson. **Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas**. Contrapontos (UNIVALI), v. 9, p. 4-16, 2009.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MORIN, Edgar. **Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

POPKEWITZ, Thomas. S.. História do currículo, regulação social e poder. In: T. T. SILVA (org.), **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 173-210.

PRETTO, Nelson De Luca. . Políticas públicas educacionais no mundo contemporâneo. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 02, n.1, mar. 2006. Disponível em:<<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/201/116>> Acesso em: 09 jan. 2012.